



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10830.001243/99-31  
Recurso nº. : 135.733  
Matéria : IRPF – Ex(s): 1994  
Recorrente : JOSÉ STELLUTE  
Recorrida : DRJ-SÃO PAULO/SP II  
Sessão de : 18 de março de 2004  
Acórdão nº. : 104-19.884

IRPF - PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - RESTITUIÇÃO DE IRFONTE - Reconhecida a natureza indenizatória de verba de Programa de Demissão Voluntária ou assemelhado, o prazo quinquenal à repetição de indébito tributário, relativo ao IRFONTE sobre aquela incidente, é contado da data de publicação de ato normativo que reconhece indevida a exação tributária, independentemente da data em que esta tenha ocorrido.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por JOSÉ STELLUTE.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

  
LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO  
PRESIDENTE  
  
ROBERTO WILLIAM GONÇALVES  
RELATOR

FORMALIZADO EM: 04 MAI 2004

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, MEIGAN SACK RODRIGUES, ALBERTO ZOUVI (Suplente convocado), OSCAR LUIZ MENDONÇA DE AGUIAR e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10830.001243/99-31  
Acórdão nº. : 104-19.884  
Recurso nº. : 135.733  
Recorrente : JOSÉ STELLUTE

## RELATÓRIO

Irresignado com a decisão da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Campinas, SP que lhe denegou o pleito de fls. 01, o contribuinte em epígrafe, nos autos identificado, recorre aa este Colegiado.

Trata-se de restituição do IRFONTE incidente sobre verba indenizatória atrelada a Programa de Demissão Voluntária a que o contribuinte aderira quando de sua demissão da General Motors do Brasil Ltda, em 30.11.93, conforme documento de fls. 12.

Tanto a autoridade administrativa quanto a decisão recorrida ambas rechaçaram a pretensão sob o argumento de extinção do direito à restituição, visto que a retenção quando do pagamento em 06.12.93 e o pleito de sua restituição foi protocolado em 22.02.99, fls. 14 e 46.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10830.001243/99-31  
Acórdão nº. : 104-19.884

VOTO

Conselheiro ROBERTO WILLIAM GONÇALVES, Relator

O recurso atende às condições de sua admissibilidade. Dele, portanto, conheço.

Em preliminar, ressalte-se o equivocado entendimento administrativo: de um lado, exige-se que a restituição invocada seja pleiteada através de declaração de rendimentos retificadora. De outro lado, no exame da matéria, o prazo a que se reporta o art. 168 do CTN, prescricional é contado da data da indevida retenção!

Quanto à questão em si, a própria Egrégia Câmara Superior de Recursos Fiscais ratificou o entendimento deste Colegiado de que o direito à restituição nasce com a publicação de ato que reconheça indevida a, até então, exação tributária. Conseqüentemente, o prazo a que se reporta o art. 168 do CTN, se vincula direta e intrinsecamente à disposição ínsita em seu inciso II, independentemente da data em que a exação tenha ocorrido. "In casu", a IN SRF nº 165/98, publicada no DOU de 06.01.99.

A respeito da matéria, pacífica neste Colegiado, citem-se os inúmeros Acórdãos deste Primeiro Conselho de Contribuintes, integrantes, aliás, da própria peça impugnatória, fls. 36/38. E, em particular, o Acórdão nº CSRF/01-023.239/2001, que referendou o entendimento desta 4ª Câmara sobre assuntos que tais.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES  
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 10830.001243/99-31  
Acórdão nº. : 104-19.884

"DECADÊNCIA- PEDIDO DE RESTITUIÇÃO- TERMO INICIAL. Em caso de conflito quanto à constitucionalidade da exação tributária, o termo inicial para contagem do prazo decadencial do direito de pleitear a restituição de tributo pago indevidamente inicia-se:

a) da publicação do acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal em ADIn;

b) da Resolução do Senado Federal que confere efeitos "erga omnes" à decisão proferida "inter partes" em processo que reconhece inconstitucionalidade de tributo;

c) da publicação de ato administrativo que reconhece caráter indevido de exação tributária."

Dou provimento ao recurso.

Sala das Sessões - DF, em 18 de março de 2004

ROBERTO WILLIAM GONÇALVES